



JUSTIFICATIVA PARA A NÃO ADOÇÃO DO ORÇAMENTO SIGILOSO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAJOR IZIDORO

Unidade Requisitante: Secretaria Municipal de Transportes - SMT

Histórico: Registro de Preços (RP), para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de peças automotivas genuínas para veículos tipo linha leves/passeio (veículos e motos), Linha pesada (caminhão, ônibus, vans e outros) e Maquinas pesadas (trator, motoniveladora, retroescavadeira e pá carregadeira) para atender à necessidade do Município de Major Izidoro/AL.

JUSTIFICATIVA

1. ASSUNTO

1.1. Trata-se de justificativa para a não adoção do orçamento sigiloso no procedimento de contratação de empresa para escolha da proposta mais vantajosa para fornecimento parcelado de peças automotivas genuínas para veículos tipo linha leves/passeio (veículos e motos), Linha pesada (caminhão, ônibus, vans e outros) e Maquinas pesadas (trator, motoniveladora, retroescavadeira e pá carregadeira) na modalidade de licitação denominada Pregão Eletrônico por Registro de Preços (RP), a fim de atender à demanda de veículos que compõe a frota oficial do Município de Major Izidoro/AL.

1.2. É importante destacar que, a existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir (Lei nº 14.133/21, art. 40, II; art. 83, da mesma lei e Decreto Municipal nº 13, de 2025); que, a adoção do Sistema de Registro de Preços, a Administração deixa a proposta mais vantajosa previamente selecionada, ficando no aguardo da aprovação dos recursos orçamentários e financeiros, e que, também não há necessidade de que o órgão tenha prévia dotação orçamentária porque o Sistema de Registro de Preços, ao contrário da licitação convencional, não obriga a Administração Pública face à expressa disposição legal nesse sentido.

2. BASE LEGAL

2.1. Na fase preparatória, de acordo com art. 18, XI, da Lei 14.133/2021, o processo deverá estar instruído com a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação.

2.2. A questão do orçamento sigiloso é tratada no art. 24 do mesmo diploma legal, com a seguinte disposição: desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para elaboração das propostas.

2.3. Logo, podemos concluir que o sigilo do orçamento não é a regra para a nova legislação, mas sim a exceção, visto que a opção pelo sigilo necessitará de justificativa. Quando houver a opção pelo sigilo, cabe à Administração divulgar o detalhamento dos quantitativos e das informações necessárias à formulação da proposta.

2.4. Amanda Athayde Linhares Martins afirma que:



ESTADO DE ALAGOAS

PREFEITURA DE MAJOR ISIDORO



O sigilo do orçamento já é uma prática nas licitações privadas, nas quais as empresas não divulgam aos seus possíveis fornecedores a sua estimativa de custos com a contratação, pois, na esfera privada, não se vê racionalidade em apresentar essa estimativa, com o intuito de não influenciar nos preços dos seus fornecedores e, assim, obter a proposta mais vantajosa. (MARTINS, Amanda Athayde Linhares. Licitação privada e licitação pública: sigilo do orçamento no regime diferenciado de contratações públicas e prevenção de cartéis. In: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella (org.). Direito privado administrativo. São Paulo: Atlas, 2013. p. 71).

2.5. Um dos principais questionamentos acerca do orçamento sigiloso, é no sentido de uma eventual violação ao princípio da publicidade.

2.6. Alexandre Mazza explica nesse sentido:

Os críticos desse modelo consideram inconstitucional, por atentatório ao princípio da publicidade, manter-se em sigilo até o final da licitação o valor que o poder público pretende gastar com a contratação. Nas demais licitações, o próprio edital declara qual o valor máximo disponível em caixa para ser gasto com a celebração do contrato, o que garante mais transparência no controle das despesas. (MAZZA, Alexandre. Manual de direito administrativo. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. p. 485)

2.7. É importante destacar que, conforme o art. 24º, da referida Lei não exige que a Administração faça constar no edital o orçamento estimado da contratação quando houver justificativa, assim como não é indispensável que seja um dos anexos do instrumento convocatório. Esta lei traz em seu texto quais seriam os elementos indispensáveis ao edital (art. 25). A modalidade escolhida é informada pela ideia de simplificação do seu procedimento, o que é feito, inclusive, pela concessão de maior liberdade ao gestor.

2.8. Esta contratação destina-se a aquisição de bens de natureza comuns (peças automotivas), para atender às necessidades dos veículos que compõe a frota oficial da Secretaria Municipal de Transportes (SMT), a ser realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, pelo critério de maior desconto do ITEM.

2.9. As normas que disciplinam o presente processo licitatório, encontram-se estabelecidas na Lei nº 14.133 de 2021 que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, a qual a Prefeitura Municipal de Major Izidoro (administração pública municipal) está subordinada.

2.10. Segundo o Parágrafo Único do art. 24 da Nova Lei das Licitações (na Lei nº 14.133 de 2021), o preço estimado ou o máximo aceitável deverá constar do edital da licitação quando for adotado o critério de maior desconto. Assim, entendemos que os documentos instrutórios da licitação atendem plenamente a essa exigência.

2.11. Sobre a conveniência da divulgação do orçamento, parte-se da premissa de que o melhor é que todos os atos praticados durante o curso do processo de licitação sejam públicos, disponibilizados a todos, para que todos sejam tratados com igualdade. A Administração Pública deve orçar corretamente, em harmonia com a realidade de mercado, e divulgar o orçamento com o edital, aplicando-se o § 2º, do art. 40 da Lei n. 8.666/93 para todas as modalidades de licitação, [...]. (NIEBUHR, Joel de Menezes. Pregão presencial e eletrônico. 8. ed. rev., ampl. e atual. de acordo com o Decreto n. 10.024/19. Belo Horizonte: Fórum, 2020. p. 149-150).



ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA DE MAJOR ISIDORO



2.12. Confirmado isso, a **Administração opta pela não adoção do Orçamento Sigiloso**, cujo efeito positivo seria nulo em caso de adoção, ou poderia até mesmo restringir a competição.

Major Izidoro/AL, 05 de janeiro de 2026.

Área Requisitante:

.....
OSNY DOS SANTOS SILVA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTES - SMT